



JUSTIÇA DO TRABALHO

Dissertação: O interesse coletivo e o interesse difuso. Pontos de convergências e de divergências.

XV Concurso 2ª prova
2ª Prova - 26/09/93

Fls 1105
UF

O empregado "A" foi ocupar as mesmas funções antes exercidas pelo empregado "B", estrangeiro, que era promovido para função superior. Sabe-se que o empregado "A" desenvolve as mesmas funções com igual aproveitamento (produtividade e perfeição técnica). Teça comentários fundamentados sobre o quadrante concreto, sabendo-se que recebe paga inferior à que recebia "B" e indique dispositivo CLT que são informados pelo princípio da isonomia para o salário, comentando-os.

Num contrato de subempreitada, o subempreiteiro não registrou o empregado. O empregado moveu ação contra o empreiteiro principal buscando a declaração de vínculo e o pagamento dos consectários trabalhistas vez que o subempreiteiro está desaparecido. Fundamente a possibilidade de declaração de vínculo com o empreiteiro principal e de cobrança de consectários.

Aeroviários. Ajuda de custo e diárias. Trace, fundamentadamente, considerações sobre a integração ajuda de custo e das diárias. Indique pontos de convergência ou não com o art. 457 da CLT.

"A" é funcionário público e foi cedido pela Administração Pública à empresa de economia mista. Sabe-se que a cessão foi implementada para atender pedido particular do funcionário. Teça comentários fundamentados sobre a concomitância ou não dos ganhos.

Nor. coletiva. Ação de cumprimento pendente recurso para o Tribunal Superior do Trabalho com efeito devolutivo. Fundamente a possibilidade ou não de executar-se definitivamente a sentença, mesmo antes do trânsito em julgado. Indicar o "dies a quo" para a prescrição e vertentes jurisprudenciais e doutrinárias.

Penhorado um bem gravado com hipoteca, levando-se em conta o privilégio do crédito trabalhista, fundamente as hipóteses que seguem: a) adjudicação pelo credor hipotecário em função do seu crédito; b) adjudicação pelo credor trabalhista em função do seu crédito, sabendo-se que o valor lançado é maior que o crédito trabalhista; c) arrematação com a extinção da dívida hipotecária, liberando-se o adquirente com garantia real o produto da praça.

O Juiz Presidente de determinada Junta da Capital admitiu o processamento de reclamação sem a competente distribuição, tendo no pólo passivo empresa pública. A reclamada em defesa arguiu exceção incompetência. O Colegiado rejeitou a exceção e condenou a reclamada. A reclamada perdeu o prazo para o recurso voluntário. Mas antes de decorrido o prazo preclusivo ajuizou ação rescisória, cumulado pedido de rescisão com o de novo julgamento pelo Tribunal. Citado, o réu na ação rescisória, não compareceu à ação e foi considerado revel. Fundamente o direcionamento a ser dado à ação rescisória, levando-se em conta: a) tratar-se de empresa pública; b) o não uso do recurso próprio; c) ausência de distribuição; d) a revelia e suas consequências; e) a cumulação do juízo rescindindo e do rescisório.

Prescrição. A empresa "A", acionada, contestou o pedido, mas não invocou a prescrição. Todavia, quando parcialmente em horas extras, percebeu a falha cometida por ocasião da defesa, invocou a matéria em razões recursais. Fundamente a possibilidade de invocar ou não a prescrição em recurso, indicando, se for o caso, vertentes doutrinárias e jurisprudenciais.

Preceitua o art. 814 do CPC que para o deferimento do arresto pressupõe-se "prova literal de dívida líquida e certa". Fundamente a possibilidade ou não de deferimento de arresto, sabendo-se que a sentença é ilíquida, pendente recurso com efeito suspensivo e a parte está dilapidando o patrimônio.

Empresa brasileira com sede no Brasil e filial nos E.U.A. foi civilmente acionada nos E.U.A. A ação foi proposta no Brasil, posteriormente, ocasião em que fora arguida a litispendência. Fundamente a possibilidade ou não de acolher-se a litispendência.

Levado o bem à praça, o credor deu lance superior ao valor do débito. E o credor, ao invés de receber a adjudicação, preferiu a arrematação, dando como parte do pagamento o seu crédito, comprometendo-se a complementar o lance no prazo hábil. Todavia, não o fez. Fundamente a possibilidade de a arrematação ser levada a efeito nos moldes retro. Em caso positivo, quais seriam as consequências do credor não complementar o depósito. Em caso negativo, qual o direcionamento a ser dado pelo juízo diante do pedido do credor.

"A", através de contrato, adquire de "B" a safra futura de laranjas daquele ano, assumindo o risco de não vir a existir safra em qualquer quantidade e efetua o pagamento adiantado. Todavia, no final do ano não foi colhido, não tendo o vendedor agido com culpa ou dolo. Fundamente se o comprador teria algum direito a pleitear.

"A" aliena a "B" um imóvel fazendo constar da escritura o seu direito de reaver o bem, não determinando prazo para tanto. Todavia, o comprador vendeu o imóvel a terceiro sem lhe dar conhecimento da existência da cláusula especial sobre o imóvel. Fundamente sobre os direitos de "A" e do terceiro comprador.

Regime Jurídico Único. Fundamente as consequências da Lei 8.112/90, da declaração de inconstitucionalidade pelo STF do art. 240, letras "d" e "e", e do princípio da "perpetuatio jurisdictionis".